

Dilemas éticos: inteligência artificial e saúde

A Inteligência Artificial (IA) oferece avanços significativos na saúde, mas levanta dilemas éticos, como privacidade de dados, vieses algorítmicos e responsabilidade por decisões automatizadas.

Refletir sobre esses desafios é essencial para garantir o uso responsável, seguro e justo da IA no cuidado à saúde.



Fonte: Canva.com ©2025. Uso permitido sob licença Pro.

A IA é um tipo de tecnologia que faz com que computadores e sistemas “pensem” e “aprendam” a partir de informações, de forma parecida com o raciocínio humano.

Essa tecnologia traz muitos benefícios para o cuidado:

- Auxilia no diagnóstico precoce de doenças;
- Organiza o fluxo de pacientes;
- Reduz o tempo de espera;
- Apoia o trabalho das equipes; e
- Oferece cuidados mais personalizados.

No entanto, com essas vantagens, surgem questões éticas importantes.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

É preciso garantir que seus dados de saúde sejam protegidos, que a tecnologia seja usada apenas para o seu cuidado e que ela não gere desigualdades no atendimento.

Você já parou para pensar em quais cuidados precisamos ter para que a IA seja usada de forma ética e justa na saúde?



Fonte: Canva.com ©2025. Uso permitido sob licença Pro.

Um dilema ético importante que surge com a ampliação da incorporação de tecnologias como a IA é a proteção e a privacidade dos dados individuais de saúde, visto que incluem dados pessoais e sensíveis.

DADOS PESSOAIS

Informações que permitem diretamente a sua identificação. Por exemplo: nome, endereço, telefone, CPF ou número do cartão do SUS¹.

DADOS SENSÍVEIS

Dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicatos ou a organizações de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual e dados genéticos ou biométricos¹.

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impõe regras rígidas para o tratamento dessas informações, exigindo medidas técnicas e administrativas que impeçam acesso indevido, vazamentos ou usos não autorizados¹.

Da mesma forma, suas informações de saúde só podem ser vistas por profissionais que realmente precisam delas para cuidar de você.

Ainda nesse sentido, outro desafio é o uso ético e legal dos dados.

Os dados que você fornecer para serviços de saúde somente podem ser utilizados para esse fim.

Qualquer uso secundário, como aplicações comerciais ou discriminatórias, é vedado.

Essa restrição protege a população contra práticas abusivas e preserva a confiança no sistema de saúde.

Outro dilema ético que pode ocorrer com o uso de IA envolve o viés algorítmico e a possibilidade de reprodução ou amplificação de desigualdades. Para fazer diagnósticos ou previsões em saúde, a IA precisa "aprender" a partir de uma gama de dados que são utilizados para o treinamento².

Agora, imagine uma ferramenta de IA treinada principalmente com dados de pacientes brancos para detectar alterações na pele.

Nesse caso, ela terá mais dificuldade em identificar corretamente problemas em pessoas negras, o que aumenta o risco de diagnósticos equivocados e compromete o acesso igualitário ao cuidado.

Dessa forma, entendemos que, se a IA “aprende” a partir de dados que não representam toda a população ou que estão incompletos, ela pode acabar sugerindo soluções injustas ou incorretas.



Fonte: Canva.com ©2025. Uso permitido sob licença Pro.

Frente a esses dilemas éticos, que caminho buscamos seguir para garantir que o uso da tecnologia na saúde seja, ao mesmo tempo, inovador e ético?

A implementação da IA no SUS precisa seguir um caminho que combine legislação rigorosa, padrões técnicos confiáveis, governança participativa e foco no cidadão.

Assim, o avanço tecnológico acontece junto com proteções éticas, jurídicas e sociais, garantindo que a IA transforme seu potencial em benefícios reais para a saúde pública, sem comprometer os direitos das pessoas nem a equidade, princípios fundamentais da saúde universal.

Referências

1. BRASIL. **Lei n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de dados (LGPD). Brasília, DF: 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.
2. ZARA, Ana Laura de Sene Amâncio *et al.* (org.). **Segurança e ética no compartilhamento de dados pessoais de saúde**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. Disponível em: Acesso em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstreams/f0cbd9a1-2eb5-49d6-a190-1c40be661d72/download>. Acesso em: 18 ago. 2025.

Créditos

Secretaria de Informação e Saúde Digital – SEIDIGI
Ana Estela Haddad

Coordenação do Projeto
Paola Trindade Garcia

Coordenação-Geral da UNA-SUS/UFMA
Elza Bernardes Ferreira

Vice-Coordenação da UNA-SUS/UFMA
Ana Emilia Figueiredo de Oliveira

Elaboração dos conteúdos
Isabelle Aguiar Prado

Recursos Educacionais

Helen Maysa Belfort Sousa
Leticia Iane de Holanda Ribeiro
Designers Instrucionais

Jackeline Mendes Pereira
Priscila Penha Coelho
Designers Gráficas

Vitória Regina de Alencar Araújo
Revisora Textual

Interface Gráfica
Geovana Soares Silveira
Jackeline Mendes Pereira

Tecnologia da Informação
Osvaldo Silva de Sousa Junior
Coordenador

Heber de Padua Sousa
Desenvolvedor Mobile

Arthur Marinho dos Passos
Desenvolvedor Mobile

Antonio Marcos Vieira Sales
Desenvolvedor full stack

COMO CITAR ESTE MATERIAL

PRADO, Isabelle Aguiar. **Dilemas éticos: inteligência artificial e saúde**. São Luís, MA: UFMA; SEIDIGI/MS, 2025. 06 p. Material digital elaborado para compor o acervo da Biblioteca Digital da SEIDIGI/MS.

©2025. Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) do Ministério da Saúde & Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.